

Tesouro Nacional — Dentro da Programação

A evolução das finanças públicas, em 1970, foi conduzida através da utilização de instrumentos de política fiscal e tributária, tornando possível não só fornecer recursos para as atividades do setor público, como para atenuar disparidades observadas nos diversos setores da economia.

As principais medidas de caráter fiscal visando ao fortalecimento da atividade econômica traduziram-se na ampliação de prazos de recolhimento de impostos e na concessão ou ampliação de incentivos fiscais a setores cuja modernização e crescimento fôssem essenciais ao programa do governo. Os recursos adicionais assim proporcionados às empresas destinaram-se ao reforço de seu capital de giro, liberando-as, em parte, de recorrer ao sistema financeiro, com conseqüente reflexo sobre os custos de produção.

Objetivou-se, também, a criação de condições adequadas para uma política definida de distribuição de renda e progresso social, dispensando especial atenção aos problemas de educação e saúde, à agricultura, ao abastecimento e ao desenvolvimento tecnológico.

Execução Financeira

Como um dos principais instrumentos de política econômica, a execução orçamentária manteve-se dentro dos limites estabelecidos para o exercício, com receita de Cr\$ 19 193,8 milhões e despesa de

Cr\$ 19 932,1 milhões, advindo daí deficit de Cr\$ 738,3 milhões.

Medidas até certo ponto corajosas, face às inovações que preconizavam, foram adotadas pelos responsáveis da execução financeira. Neste sentido encontram-se 2 Decretos-leis: o primeiro não só estabelece nova vigência para restos a pagar, como modifica o sistema de cotas a serem utilizadas de um exercício para o outro. Desta maneira, as contas bancárias dos órgãos da administração direta são encerradas no último dia do exercício financeiro, pelos saldos que apresentam, e reabertas no 1º dia do exercício financeiro seguinte, sendo consideradas as importâncias com as quais foram reabertas como liberação de cotas, com prioridade para a liquidação de **resíduos passivos**.

Situa-se esta medida dentro de um contexto de fortalecimento do crédito público face à maior flexibilidade criada para a liquidação dos referidos resíduos.

O outro instrumento, com vistas a evitar dispersão de recursos, estabelece que as remessas financeiras, para atender compromissos ou despesas no exterior, dos órgãos da administração direta e indireta só poderão ser efetuadas através do Banco do Brasil, e mais, que as despesas de qualquer natureza dos órgãos da administração direta, em moeda estrangeira, só poderão ser atendidas através de repasses à Delegacia do Tesouro no exterior.

Receita

É de se notar a excelente receita obtida neste exercício, com variação de 31,6% sobre o período anterior, o que permitiu a abertura de um crédito suplementar de Cr\$ 1 580,0 milhões a ser atendido com o excesso de arrecadação. Tal excesso não só permitiu a amortização da Dívida Fundada Externa, como atribuiu ao Fundo de Reserva Orçamentária, através de créditos suplementares, o montante de Cr\$ 870,00 milhões.

Por outro lado, a manutenção de dispositivos constitucionais não permitiu às autoridades plena decisão sobre todos os recursos arrecadados, merecendo destaque a transferência de recursos para os estados e municípios (Tabela I).

Tendo em vista novo instrumento legal, a fixação de critérios para a liberação dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e Municípios estaria vinculada à aplicação obrigatória de um mínimo de 20% nos setores de ensino primário e médio, e de 10% em saúde e saneamento. Os Estados, além dos recursos citados, dariam prioridade à construção da infraestrutura de energia, transportes e comunicações, podendo atender igualmente, tanto quanto possível, aos incentivos do desenvolvimento agrícola e industrial e ao ensino superior.

Os principais impostos — produtos industrializados, renda, combustíveis e lubrificantes e importa-

Tabela I — Vinculações da Receita

Discriminação	1969			1970 (3)		
	Arrecadação Cr\$ milhões	Vinculações		Arrecadação Cr\$ milhões	Vinculações	
		Cr\$ milhões	%		Cr\$ milhões	%
Impostos:						
Produtos Industrializados	6 357,5	762,9	12,0	8 143,1	977,2	12,0
Renda	3 597,5	431,6	12,0	4 628,2	555,4	12,0
Importação	1 115,3	—	—	1 371,9	—	—
Energia Elétrica	216,6	216,6	100,0	434,4	434,4	100,0
Minerais	40,5	40,5	100,0	62,4	62,4	100,0
Combustíveis e Lubrificações	2 249,5	2 249,5	100,0	2 675,7	2 675,7	100,0
Outras Receitas (1)	376,2	89,0	23,8	1 878,1	417,5	22,2
Total (2)	13 953,1	3 790,1	27,2	19 193,8	5 122,6	26,7

(1) Inclui Receita não classificada. (2) Exclui Operações de Crédito. (3) Dados provisórios.
Fonte: Banco Central do Brasil.

ção — revelaram acréscimos apreciáveis, apesar de continuarem a ser amplamente utilizados como instrumento de política fiscal, através de incentivos, a fim de propor-

cionar condições mais favoráveis ao desenvolvimento de determinadas áreas e setores da economia nacional.

A receita tributária, com repre-

sentatividade de 90,2% na receita global, reflete, a par do bom nível de atividade econômica, acentuado aprimoramento da máquina arrecadadora federal.

Tabela II — Tesouro Nacional — Receita da União — Período: 1969-1970 — Valores Correntes e Constantes — Cr\$ milhões

Discriminação	Valores Correntes		Valores Constantes		Participação s/o Total		1970/1969	
	1969	1970	1969	1970	1969	1970	Corren- tes	Constan- tes
RECEITA	13 953,1	19 193,8	11 824,7	13 632,0	100,0	100,0	37,6	15,3
Impostos	13 576,9	17 315,7	11 505,4	12 296,1	97,3	90,2	27,5	6,9
Produtos Industrializados	6 357,5	8 143,1	5 392,0	5 793,6	45,6	42,5	28,1	7,4
Renda	3 597,5	4 628,2	3 050,7	3 285,3	25,8	24,1	28,6	7,7
Importação	1 115,3	1 371,9	934,2	967,9	7,9	7,1	23,0	3,6
Energia Elétrica	216,6	434,4	189,2	313,5	1,6	2,3	100,6	65,7
Minerais	40,5	62,4	35,5	40,9	0,3	0,3	54,1	15,2
Únicos/Combustíveis e Lubrificantes	2 249,5	2 675,7	1 903,8	1 894,9	16,1	13,9	18,9	— 0,5
Outras Receitas (1)	376,2	1 878,1	319,3	1 335,9	2,7	9,8	399,2	318,4

(1) Inclui receita não classificada. Fonte: Banco Central do Brasil

Na composição, por tipo de tributo, os impostos de renda e produtos industrializados oscilaram em torno de menores participações, se comparados com 1969.

O imposto sobre produtos industrializados, a exemplo de períodos anteriores, continuou a responder pela maior parcela da receita tributária (42,5%), constituindo-se, assim, em um bom indicador do ní-

vel de atividade econômica. O crescimento de sua arrecadação se viu, em parte, comprometido pelas constantes dilatações nos prazos de recolhimento, no sentido de melhorar a liquidez do sistema, beneficiando diversos setores da economia.

O imposto de renda, por sua vez, situou-se em 2º lugar dentre os de maior participação no total dos in-

gressos. Com variação de 28,6%, ele apresenta comportamento acima da expectativa, registrando elevação de Cr\$ 1 030,7 milhões em termos absolutos, superior à estimativa para todo o exercício. A transferência das duas últimas cotas devidas pelas pessoas físicas em 1969, prorrogadas para fevereiro e março/70, bem como melhor fiscalização e cadastramento, fo-

Tabela III — Tesouro Nacional — Despesa da União — Período: 1969-1970 — Valores Correntes e Constantes (1) — Cr\$ milhões

Discriminação	Valores Correntes		Valores Constantes		Participação s/o Total		1970/1969	
	1969	1970	1969	1970	1969	1970	Correntes	Constantes
DESPESA	14 708,9	19 932,1	12 465,2	14 156,3	100,0	100,0	35,5	13,6
• Pagamentos, Juros e Comissões	537,8	318,2	461,2	226,5	3,7	1,6	— 40,8	— 50,9
• Cotas de Despesa (efetivas)	9 221,2	12 619,7	7 815,7	8 961,0	62,7	63,3	36,9	14,7
• Distribuição da Receita Vinculada	2 550,9	3 582,8	2 156,5	2 548,1	17,3	18,0	40,5	18,2
• Fundos de Participação	1 151,4	1 532,5	972,3	3 090,0	7,8	7,7	33,1	12,1
• Diversas	1 247,6	1 878,9	1 059,5	1 330,7	8,5	9,4	50,6	25,6

(1) Base: janeiro/69 = 100. Fontes: Banco Central do Brasil e Banco do Brasil.

ram alguns dos fatores que concorreram para aquele crescimento.

Dentre as medidas adotadas com relação ao tributo, está a que permite serem abatidos da renda bruta das pessoas físicas, mesmo quando realizadas até a data da entrega das declarações de rendimentos, 30% das importâncias efetivamente aplicadas na subscrição voluntária de ORTN, títulos da dívida pública de emissão dos estados e municípios, e ações nominativas de sociedades anônimas de capital aberto; até 50% do valor pago na compra de ações do Banco da Amazônia, desde que a dedução não ultrapasse 25% do imposto total devido.

O imposto de importação registrou arrecadação de Cr\$ 1 371,9 milhões, representando acréscimo de 23% sobre o ano anterior; entretanto, houve certo declínio em sua participação no total dos ingressos, de 7,9% em 1969 para 7,1% em 1970. A utilização deste imposto como instrumento capaz de estimular investimentos, facilitar a importação de bens de capital sem similar nacional, teriam sido as principais causas deste declínio na participação do total de recursos além, é claro, da queda verificada na importação de produtos considerados supérfluos, ou de luxo, em consequência da taxação a que estão sujeitos.

No grupo dos impostos únicos, observa-se crescimento significati-

vo, destacando-se o imposto único sobre energia elétrica, com oscilação de 100,6%, agora transitando integralmente pelas contas do orçamento.

Finalmente, o imposto único sobre combustíveis e lubrificantes, com participação inferior para o período em análise (13,9%), apresenta também a menor taxa de aumento percentual (18,9%).

Segundo a área de incidência, os tributos indiretos continuaram a refletir, em 1970, maior participação relativa (62,4%), situando-se a tributação direta com 26,7% do total.

Despesa

A despesa efetiva da União, referente ao exercício financeiro de 1970, alcançou a cifra de Cr\$ 19 932,1 milhões, que, se cotejada com a do ano anterior, acusa o incremento de 35,5%.

Confrontados os valores de execução e programação, verifica-se a ocorrência dos desembolsos bem próximos das previsões. O crescimento da despesa, em termos reais (13,6%), inferior ao da receita no mesmo período (15,3%), espelha a orientação seguida para se manter certo equilíbrio na política orçamentária.

No total da despesa estão incluídos os valores referentes a vinculações da receita, autorizada por dispositivos constitucionais no mon-

tante de Cr\$ 3 582,8 milhões, bem como a parcela de Cr\$ 1 532,5 milhões relativa ao Fundo de Participação dos Estados e Municípios, que corresponde à entrega de recursos inscritos na receita, porém comprometidos com programas nacionais de infra-estrutura.

Com maior flexibilidade quanto aos critérios de aplicação dos recursos oriundos do Fundo de Participação, o objetivo a ser alcançado, especialmente a partir de 1972, se traduz na integração dos Planos de Desenvolvimento com os Orçamentos Plurianuais de Investimentos, visando ao estabelecimento, em futuro próximo, de porcentagens mínimas de aplicação em despesas de capital, bem como a delimitação de áreas prioritárias.

Deficit

A ocorrência de um deficit de caixa da ordem de Cr\$ 738,3 milhões representou redução de 18,1%, em termos reais, em relação ao exercício anterior.

Deve-se finalmente ressaltar que o Tesouro, através de operações de crédito junto ao público (ORTN), obteve recursos suficientes não só para cobrir o deficit como também para diminuir seu débito junto às Autoridades Monetárias. Tal fato é de grande importância para a política monetária pois atenua, consideravelmente, as emissões de papel-moeda.